

# A força dos evangélicos

A Câmara aprovou, na sessão desta semana, o projeto de lei 06/15, do vereador Márcio Miguel Müller (PTB), incluindo o Dia da Reforma Protestante, em 31 de outubro, na lista dos feriados municipais. O único voto contrário foi de Roberto Braatz (PDT), ironicamente, um luterano. O texto seguiu para análise do prefeito Luiz Américo Aldana, que o transformou em lei ainda na manhã desta sexta-feira, na presença do autor e do pastor luterano Cleber Lima.



**Insensíveis** - O voto contrário de Roberto Braatz já era previsto. Há mais de 30 anos, ele atua ao lado dos luteranos, inclusive, como dirigente da comunidade evangélica e na defesa do Hospital Montenegro, sua principal realização. Mas soube interpretar, melhor que os colegas, os efeitos da aprovação do projeto. Num momento em que a economia vai mal e as empresas, asfixiadas pela alta carga tributária, lutam para se manter, os políticos deveriam ser mais sensíveis às suas necessidades.

**De costas** - Feriado é sinônimo de prejuízo. Máquinas paradas, portas fechadas, ou - no caso dos serviços essenciais - pagamento de horas extras, são custos extras. O Legislativo, no mínimo, está de costas para o setor produtivo.

**Impulso** - O autor do projeto, Márcio Müller (PTB), disse que as pessoas irão reprogramar suas compras e, por isso, não vê prejuízo ao comércio. O vereador ignora, pelo visto, dezenas de estudos que apontam a compra como fruto de um impulso e não da mera necessidade do consumidor. Se, nessa hora, as lojas estão fechadas...

**Má gestão** - Já o vereador Ari Müller (PDT) disse que as empresas não quebram por causa dos feriados, mas pela má gestão. Falou com a autoridade de quem sempre foi funcionário público, com salário garantido no fim do mês, independentemente da situação econômica no país.

**Alterações 1** - A votação do projeto de criação do novo feriado levou mais de 100 pessoas à Câmara, a esmagadora maioria interessada na aprovação da matéria. E deixou clara a necessidade de mudanças no regimento interno da casa, para que não se use dois pesos e duas medidas na hora de determinar, por exemplo, a lotação do plenário, e de permitir, ou não, as manifestações do público.

**Alterações 2** - Na semana anterior, quando simpatizantes do ex-prefeito Paulo Azeredo realizaram um protesto, a mesa diretora da Câmara permitiu o acesso ao plenário a apenas 80 pessoas. Quinta, estavam na platéia mais de 100 pessoas e até cadeiras extras foram colocadas à sua disposição.

**Palmas** - Na mesma linha, durante a primeira manifestação, a cada aplauso ou vaia, o público era advertido de que não poderia se pronunciar, sob pena de esvaziamento da sala. Nesta semana, a cada discurso, houve salvas de palmas e nenhum pedido foi feito para que silenciassem.

**Do povo?** - Não dá para ignorar, obviamente, que as situações são distintas. De qualquer forma, suas excelências deveriam refletir sobre o regimento. Manifestações de apoio, como aplausos, e mesmo de protesto, como eventuais vaias, devem ser mesmo proibidas na "casa do povo"?

**Causa própria** - A falta de sintonia entre o Legislativo e o setor produtivo é compreensível. Entre os dez vereadores, somente dois não são aposentados ou servidores públicos. Logo, diante da pressão dos evangélicos e do interesse próprio no tema, votar a favor foi unir o útil ao agradável. A solução está nas urnas. Se os empresários querem um Legislativo sensível às suas necessidades, devem escolher muito bem nas campanhas de quem colocarão seu dinheiro em 2016.

**Omissão** - Também é preciso dizer que, se o feriado foi aprovado, as entidades que representam a indústria, o comércio e os prestadores de serviços têm uma grande parcela de responsabilidade. Sequer se manifestaram na audiência pública que tratou do assunto antes da votação do projeto.

